



Universidades Lusíada

Fonseca, Cristina Manuela Magalhães

Funcionamento familiar : estudo comparativo na população reclusa e na população normativa

<http://hdl.handle.net/11067/6671>

Metadados

Data de Publicação

2022

Resumo

A família é a instituição mais antiga e relevante da sociedade, possuindo um papel importante ao nível da socialização dos elementos que a ela pertencem, fornecendo-lhes ferramentas para a sua inserção no mundo que os rodeia. Desta forma, a família constitui um espaço privilegiado para a consecução e aprendizagem das dimensões significativas de interação, proporcionando a vivência de relações afetivas profundas, que permitem crescer com o sentimento de sermos quem somos e de pertencermos àquela ...

The family is the oldest and most relevant institution in society, playing an important role in the socialization of the elements that belong to it, providing them with tools for insertion into the world around them. Thus, the family is a privileged space for the achievement and learning of significant dimensions of interaction, providing the experience of deep emotional relationships, which allow us to grow with the feeling of being who we are and of belonging to that family and not to any other...

Palavras Chave

Psicologia, Psicologia clínica, Avaliação psicológica, Reclusos - Aspectos sociais - Funcionamento familiar - Comunicação, Teste psicológico - Questionário sociodemográfico - Jurídico-penal, Teste psicológico - System Clinical Outcome Routine Evaluation (SCORE-15)

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULP-IPCE] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-26T10:13:21Z com informação proveniente do Repositório



Universidade Lusíada
Porto

Funcionamento Familiar: Estudo Comparativo na População Reclusa e na População Normativa

Dissertação de Mestrado em **Psicologia Clínica**
Instituto de Psicologia e Ciências da Educação
Universidade Lusíada

PORTO, 2022

Cristina Manuela Magalhães Fonseca



instituto de psicologia
e Ciências da Educação
Universidade Lusíada



Universidade Lusíada
Porto

Funcionamento Familiar: Estudo Comparativo na População Reclusa e na População Normativa

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica
Instituto de Psicologia e Ciências da Educação
Universidade Lusíada

PORTO, 2022

Cristina Manuela Magalhães Fonseca

Trabalho efectuado sob a orientação do/a
Professora Doutora Ana Meireles



instituto de psicologia
e Ciências da Educação
Universidade Lusíada

“Família é contexto natural para crescer.

Família é complexidade.

Família é teia de laços sanguíneos e, sobretudo, de laços afetivos.

Família gera amor, gera sofrimento.

A família vive-se. Conhece-se. Reconhece-se.”

(Relvas, 1996, p. 9)

Agradecimentos

A presente dissertação representa o fim de um longo percurso de formação académica. Ao terminar este percurso, quero agradecer a todos aqueles que estiveram presentes e me apoiaram durante este percurso e que, direta ou indiretamente, contribuíram para a finalização deste trabalho e para o meu crescimento pessoal e profissional.

Começo por agradecer à minha Família, aos meus Pais em específico, por todos os esforços que fazem diariamente para que eu consiga alcançar os meus objetivos e os meus sonhos. O vosso orgulho e o vosso amor serão sempre a força que me move.

Aos meus Avós, meus segundos pais, obrigada por todos os ensinamentos e aprendizagens. O que sou hoje enquanto pessoa deve-se muito a vocês. Espero que estejam muito orgulhosos, o mérito também é vosso.

Aos meus Tios, agradeço por estarem sempre presentes em toda a minha caminhada, ao longo destes cinco anos, demonstrando muito amor, admiração e força.

Agradeço à Professora Doutora Ana Meireles por todos os conhecimentos transmitidos, experiências partilhadas, apoio incansável, disponibilidade e aconselhamento. Agradeço, ainda, por ser uma participante ativa na minha formação académica enquanto professora e orientadora possibilitando, assim, a finalização desta fase do meu percurso. É, sem dúvida, uma excelente profissional.

Agradeço ao Professor Doutor Paulo Moreira pela sua disponibilidade, apoio e conhecimentos transmitidos no decurso deste processo de aprendizagem.

Por último, mas não menos importante, obrigado a todos os meus amigos e colegas pelo suporte, palavras, momentos, apoio e incentivo durante este percurso.

Obrigado a todos!

Resumo

A família é a instituição mais antiga e relevante da sociedade, possuindo um papel importante ao nível da socialização dos elementos que a ela pertencem, fornecendo-lhes ferramentas para a sua inserção no mundo que os rodeia. Desta forma, a família constitui um espaço privilegiado para a consecução e aprendizagem das dimensões significativas de interação, proporcionando a vivência de relações afetivas profundas, que permitem crescer com o sentimento de sermos quem somos e de pertencermos àquela e não a outra qualquer família. Tendo em conta o papel relevante da família na sociedade, torna-se imprescindível compreender o seu funcionamento, no sentido em que esta desempenha um papel essencial na vida, na formação e no desenvolvimento do indivíduo. A importância do estudo do funcionamento familiar está associada à necessidade de compreender as características das famílias. Deste modo, o presente estudo tem como objetivo analisar, de forma comparativa, o funcionamento familiar da população reclusa, relativamente à população normativa. Participaram no estudo 716 indivíduos, 438 da população normativa (61,2%) e 278 da população reclusa (38,8%), com idades compreendidas entre os 17 e os 82 anos. Com o propósito de responder às questões elaboradas, foram administrados como instrumentos um Questionário Sociodemográfico e Jurídico-Penal e o *Systemic Clinical Outcome and Routine Evaluation* (SCORE-15). Os resultados revelaram existir diferenças estatisticamente significativas no Funcionamento Familiar da População Reclusa quando comparada com a População Normativa. A par disto, os resultados evidenciam que a População Reclusa apresenta um maior grau de Funcionamento Familiar quando comparada com a População Normativa.

Palavras-chave: Reclusos, Masculino, Funcionamento Familiar, Recursos Familiares, Comunicação na Família e Dificuldades Familiares.

Abstract

The family is the oldest and most relevant institution in society, playing an important role in the socialization of the elements that belong to it, providing them with tools for insertion into the world around them. Thus, the family is a privileged space for the achievement and learning of significant dimensions of interaction, providing the experience of deep emotional relationships, which allow us to grow with the feeling of being who we are and of belonging to that family and not to any other. Taking into account the relevant role of the family in society, it is essential to understand its functioning, in the sense that it plays an essential role in the life, formation and development of the individual. The importance of the study of family functioning is associated with the need to understand the characteristics of families. Thus, the present study aims to analyze, in a comparative way, the family functioning of the inmate population in relation to the normative population. A total of 716 individuals participated in the study, 438 from the normative population (61.2%) and 278 from the inmate population (38.8%), with ages ranging from 17 to 82 years old. In order to answer the elaborate questions, a Sociodemographic and Legal-Penal Questionnaire and the Systemic Clinical Outcome and Routine Evaluation (SCORE-15) were administered as instruments. The results revealed that there were statistically significant differences in the Family Functioning of the Recluse Population when compared to the Normal Population. Along with this, the results show that the Recluse Population has a higher degree of Family Functioning when compared to the Normative Population.

Keywords: Prisoners, Male, Family Functioning, Family Resources, Family Communication and Family Difficulties.

Índice

Lista de tabelas	6
Introdução.....	7
Funcionamento Familiar	8
Funcionamento familiar na População Reclusa.....	13
Objetivos e Hipóteses de investigação.....	16
Metodologia.....	17
Participantes.....	17
Instrumentos de avaliação.....	22
Procedimentos.....	23
<i>Procedimentos de recolha dos dados</i>	23
<i>Procedimentos de análise dos dados</i>	24
Apresentação dos Resultados	25
Estudo das diferenças ao nível do Funcionamento Familiar entre a População normativa e os Reclusos	25
Estudo das diferenças em função da idade ao nível do Funcionamento Familiar na População normativa e nos Reclusos.....	27
Discussão.....	28
Conclusões e limitações do estudo	33
Referências bibliográficas	35

Lista de tabelas

Tabela 1: Caracterização dos/as participantes da população normativa.....	18
Tabela 2: Caracterização dos/as participantes da população reclusa.....	20
Tabela 3: Diferenças das dimensões da escala <i>SCORE</i> -15 nos grupos.....	26
Tabela 4: Diferenças nos grupos em função da idade.....	27
Tabela 5: Diferenças da escala <i>SCORE</i> -15 nos grupos em função do escalão etário	27

Introdução

O indivíduo vive integrado em pequenos grupos, que representam unidades sociais mais ou menos estruturadas, cujos elementos estabelecem relações entre si. A família representa, desta forma, a unidade básica dos grupos sociais que constituem a sociedade, pelo que consideramos a família como um sistema social constituído por um elevado número de interações (Alarcão, 2006; Relvas, 1996).

De acordo com Relva (2015), a família é a instituição mais antiga e relevante da sociedade, possuindo um papel importante ao nível da socialização dos elementos que a ela pertencem, fornecendo-lhes ferramentas para a sua inserção no mundo que os rodeia (Relva, 2015). Desta forma, a família constitui um espaço privilegiado para a consecução e aprendizagem das dimensões significativas de interação, proporcionando a vivência de relações afetivas profundas, que permitem crescer com o sentimento de sermos quem somos e de pertencermos àquela e não a outra qualquer família (Alarcão, 2006).

Tendo em conta o papel relevante da família na sociedade, torna-se imprescindível compreender o seu funcionamento, no sentido em que esta desempenha um papel essencial na vida, na formação e no desenvolvimento do indivíduo (Azambuja, 2006).

Vários estudos desenvolvidos, ao longo do tempo, com a população clínica e comunitária, evidenciam a importância da compreensão do funcionamento familiar tendo em conta a perspetiva de todos os elementos que constituem o sistema familiar, na medida que esta promove a eficácia das intervenções familiares (Baiocco et al., 2013; Koutra et al., 2012; O'Hanrahan et al., 2017; Paolini & Schepisi, 2020; Stratton et al., 2014).

A comunicação que existe entre os membros da família, a par da capacidade de resolução de problemas, da sua ligação afetiva e os papéis, valores e normas subjacentes à dinâmica familiar, estão associados ao Funcionamento Familiar (Abade et al., 2011, cit in Barata, 2019). Isto é, o Funcionamento Familiar traduz a forma como as famílias desempenham os seus papéis e funcionam com o intuito de corresponder (física, psicológica ou socialmente) às necessidades dos seus membros; Diz respeito aos processos estruturais e organizacionais das famílias (Berge et al., 2013), abrangendo as relações intrafamiliares e a própria dinâmica familiar, isto é, como cada membro da

família interage com os outros membros, ou seja, compreende as complexas interações interpessoais do grupo familiar (Magalhães et al., 2019), engloba a comunicação familiar (Lamb et al., 2016; Tolou-Shams et al., 2018) e características, tais como, a coesão familiar e a qualidade das relações.

De acordo com Minuchin (1982), existem critérios importantes para determinar se o funcionamento familiar é ou não saudável, nomeadamente os limites geracionais, a definição de papéis e as funções familiares.

Considerando as transformações sociais e culturais ocorridas nas últimas décadas, estudar o funcionamento familiar e a sua complexidade afigura-se uma tarefa relevante e atual (Dessen, 2010; Teodoro, 2012; Walsh, 2016).

Por este facto, a importância do estudo do funcionamento familiar está associado à necessidade de compreender as características das famílias quando o seu funcionamento é saudável, desequilibrado ou disfuncional. Após uma pesquisa de literatura científica, foi possível perceber a escassez ou inexistência de estudos que avaliem o funcionamento familiar da população reclusa e normativa, comparativamente.

O presente trabalho de investigação surge, assim, da necessidade de compreender e caracterizar o funcionamento familiar dos reclusos e da população normativa. Neste sentido, numa primeira parte, é apresentado um enquadramento teórico acerca do tema em estudo, salientando os principais conceitos, procedendo-se, em seguida, à apresentação dos objetivos e hipóteses que norteiam a presente investigação. Continuamente, numa segunda parte, procede-se a uma descrição sucinta da metodologia utilizada.

Posteriormente, na segunda parte do presente estudo de investigação, recorre-se à apresentação e discussão dos resultados obtidos. Por último, na parte final da presente investigação, é apresentada uma conclusão referente aos resultados obtidos neste trabalho de investigação. Ainda no que diz respeito a este capítulo refere-se ainda as principais limitações do estudo.

Funcionamento Familiar

Durante o seu ciclo de vida, a família sofre diversas transformações, adaptando-se e reestruturando-se de forma a funcionar adequadamente nos diferentes contextos familiares e extrafamiliares (Dias, 2011).

A família potencia a adaptação e o ajustamento do indivíduo face às mudanças que ocorrem na sociedade, determinando a sua integração social (Dias, 2011). Estas mudanças tem impacto no seio das famílias, a nível estrutural e dinâmico, havendo a necessidade de uma adaptação às novas realidades por parte destas, como forma a garantir o equilíbrio do seu funcionamento (Saraceno & Naldini, 2003).

Belsey (2005) afirma que a forma como as famílias funcionam fornece uma forma de incorporação dos indivíduos à vida social e fornece a fonte de apoio emocional, influente e material para seus membros. Da mesma forma, Walker e Shepherd (2008) definem o funcionamento familiar quanto ao modo como os membros da família se comunicam, se relacionam, mantêm relacionamentos, tomam decisões e resolvem os problemas juntos. Como resultado, o funcionamento familiar pode ser visto como um conceito multidimensional que denota como os membros da família interagem uns com os outros e colaboram para alcançar um objetivo e resultado comum (Botha & Booyesen, 2013).

A diversidade de teorias e perspetivas sobre o “funcionamento familiar”, dificultam a sua definição, que nem sempre é consensual na literatura. Dessa forma, de modo a analisar o funcionamento familiar, devem ser tidas em conta quatro grandes categorias, nomeadamente: 1) composição familiar (descrição quer da estrutura da família quer dos elementos que a compõem); 2) processo familiar (comportamentos e interações que qualificam as relações familiares); 3) fatores afetivos (emoções e expressão afetiva entre os elementos da família); e 4) organização familiar (papéis e regras na família, incluindo aspetos como limites e hierarquia) (Bray, 1995).

No âmbito do funcionamento familiar, o modelo de referência utilizado na sua avaliação, atendendo à coesão, flexibilidade e comunicação (Olson, 2000, 2011) é o Modelo Circumplexo de Olson (2000). De acordo com este modelo, a coesão corresponde á ligação emocional entre os membros da família (Olson, 2000). Por sua vez, considerando a relação entre os membros, a distribuição de papéis e as regras existentes, a flexibilidade consiste na capacidade de organização e adaptação da família (Olson & Gorall, 2006). Por fim, a comunicação, potencia comportamentos e atitudes que constituem níveis equilibrados de coesão e flexibilidade, estando associada às competências positivas de comunicação no sistema familiar (Olson, 2011). Neste sentido, as famílias que possuem as características referenciadas, exibem competências

de comunicação positivas, escuta ativa e empática, e manifestam sentimentos e opiniões com clareza e de forma ajustada (Olson, 2011; Olson & Gorall, 2003).

Francisco et al. (2016), numa revisão de diversas investigações, afirmam que um funcionamento familiar adaptativo, onde haja coesão, flexibilidade e comunicação positiva entre pais e filhos, prediz um desenvolvimento positivo dos jovens, nomeadamente ao nível da saúde mental, autoestima e satisfação; pelo contrário, problemas nesse funcionamento condicionam o ajustamento dos jovens e relacionam-se com sintomas de depressão, ansiedade, de comportamento (e.g., antissocial, delinquência, toxicodependência).

Num estudo de Everri et al. (2016) sobre a perceção de adolescentes italianos relativamente ao funcionamento familiar, tendo em conta o Modelo Circumplexo de Olson, os resultados indicaram que a rigidez pode associar-se a famílias mais equilibradas/funcionais ou desequilibradas/disfuncionais. Nas famílias equilibradas a rigidez surgiu como adaptativa, estando associada à coesão, flexibilidade, monitorização parental e níveis elevados de satisfação familiar. Em contrapartida, nas famílias desequilibradas a rigidez foi relacionada com um funcionamento desmembrado, baixa coesão e flexibilidade, bem como falta de supervisão parental.

De igual forma, Palmer et al. (2016) utilizaram uma perspetiva sistémica para examinar as relações entre as perceções dos adolescentes sobre o funcionamento da família e os comportamentos parentais, recorrendo ao Modelo Circumplexo de Olson. Os resultados mostraram que os adolescentes que percecionam a sua família como equilibrada e moderadamente equilibrada relataram maior apoio dos pais, e os adolescentes com um funcionamento familiar equilibrado relataram maior supervisão dos pais.

Numa proposta diferente, Bland et al. (2010), no âmbito do funcionamento familiar, concetualizam a sua avaliação atendendo aos Recursos Familiares, Comunicação na Família e Dificuldades Familiares. É através da junção destes três aspetos que a funcionalidade da família é definida (Bland et al, 2010). Este modelo apresenta similaridades com o Modelo Circumplexo de Olson (2000), ao nível das dimensões Recursos Familiares, Comunicação na Família, Flexibilidade e Comunicação.

Relativamente aos Recursos Familiares, estão associados às competências que a família possui para lidar com o stress gerado pelas mudanças (Echevarria-Doan, 2016; Stratton et al., 2010). Segundo Lau et al. (2009), os recursos têm impacto direto e indireto no funcionamento familiar. Quanto mais resiliente for a família, mais apta estará para a resolução de problemas através de uma utilização eficaz dos recursos (DuBose et al., 2009). Existem vários tipos de recursos, nomeadamente, os recursos pessoais de cada elemento da família (e.g., bem-estar, características pessoais); os recursos internos do sistema familiar, como a comunicação aberta ou o apoio mútuo (Bauman et al., 1981), e os recursos externos à família, como o apoio social (McCubbin & Patterson, 1983).

No que diz respeito à Comunicação, a família é, ao mesmo tempo, um sistema e um processo de interação e de integração dos seus membros. Segundo Dias (2011), a comunicação é o elo de ligação que constitui condição de convívio e de sustentação de todo o sistema, baseando-se na igualdade ou na diferença (Dias, 2011). A família é, então, um espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagens de dimensões significativas de interação e comunicação onde as emoções e os afetos positivos ou negativos vão dando sentido ao sentimento de sermos quem somos e de pertencermos àquela e não a outra família (Alarcão, 2006). Assim, o processo de comunicação na família, sendo um sistema interativo onde o comportamento de cada indivíduo é fator e produto do comportamento dos outros, os resultados finais dependem menos das condições iniciais e mais do processo de comunicação (Dias, 2011).

Referente às Dificuldades Familiares, Minuchin (1974) refere várias fontes de stress que podem contribuir para a sobrecarga sentida pelas famílias. Uma delas refere-se ao contacto stressante de um dos membros da família com forças extrafamiliares, por exemplo, a influência do ambiente laboral de um dos pais no seu bem-estar, refletindo-se no sistema familiar. De igual modo, o contacto de toda a família com forças extrafamiliares, como por exemplo, a crise económica, também poderá ser outra fonte (Dias, 2000). Minuchin (1974) menciona também o stress em fases de transição da família, como por exemplo durante o desenvolvimento dos filhos (Begle et al., 2011), uma vez que os pais enfrentam vários focos de stress, tais como a tomada de decisões relacionadas com estratégias parentais, a gestão comportamental dos filhos, preocupações ao nível da saúde e responsabilidades educacionais. Desta forma, todos os focos de stress que sobrecarregam a família conduzem ao aumento do cansaço, o qual

tem uma grande influência nas crenças e comportamentos parentais (Dunning & Giallo, 2012).

Diversos estudos indicam que episódios adversos e stressores causam impacto no funcionamento familiar (Masarik & Conger, 2017; Randall & Bodenmann, 2009; Story & Bradbury, 2004). O *stress* decorrente das necessidades ou exigências externas, reflete-se no sistema familiar, prejudicando as condutas parentais (Bakker & Demerouti, 2013; Bass et al., 2009; Bolger et al., 1989; Brock e Lawrence, 2008).

O funcionamento familiar afeta o bem-estar individual na medida em que níveis satisfatórios de apoio social dentro das famílias são importantes para a felicidade de um indivíduo (Botha & Booysen, 2013). Isso pode ser atribuído à forma como os membros da família se envolvem e apoiam uns aos outros, especialmente quando ajudam os membros a gerenciar experiências de vida difíceis ou traumáticas (Walker & Shepherd, 2008). Quando a família tem um bom funcionamento, é estabelecida uma sensação positiva de bem-estar, reduzindo a probabilidade de desenvolvimento de problemas psicológicos e aumentando as habilidades de resolução de problemas da família, criando uma sensação de união (Vliem, 2009).

Num estudo de Dias (2012) sobre a Avaliação das forças familiares numa amostra de famílias do Sul de Angola, os resultados revelaram que o funcionamento familiar é percebido como mais saudável à medida que a família entende que tem mais recursos para superar as suas dificuldades em conjunto.

Um funcionamento familiar positivo cria um ambiente onde os membros da família se apoiam e aceitam uns aos outros e juntos se envolvem em atividades que facilitam ainda mais o desenvolvimento dos jovens. Esses traços familiares positivos, no entanto, não ocorrem em famílias com um funcionamento desadaptativo (Becvar & Becvar, 2009). Famílias que experienciam abuso de substâncias, violência familiar, práticas parentais desafiadoras e má comunicação demonstram disfuncionalidade familiar, como negligência e abuso infantil, bem como vulnerabilidade a distúrbios patológicos (Kessler et al., 2010).

Estudos sobre as famílias e as suas características específicas, tal como os conflitos no seio familiar, os relacionamentos parentais, o tamanho da família, as influências negativas dos outros, entre outras, demonstram que o suporte familiar

favorece o sujeito para um desenvolvimento saudável, ou, por outro lado, pode encaminhá-lo para um desenvolvimento perturbado e delinquente (Born, 2005).

Segundo a teoria do ciclo vital familiar (Carter & McGoldrick, 1995), as famílias sofrem influências de eventos normativos (próprios ao curso normal da vida e do desenvolvimento da família, por exemplo, a formação do casal, a aquisição de filhos, crianças na escola, adolescentes, adultos no trabalho e famílias na fase adulta tardia) e não normativos (aqueles eventos que não ocorrem em todas as famílias, ou seja, não estão previstos no curso do desenvolvimento, tal como o caso de uma condenação por parte de um membro da família) (Carter & McGoldrick, 1995). Assim, a existência de um evento stressor não normativo, produz consequências no desenvolvimento da pessoa e dos indivíduos que a rodeiam. Para além disso, o desenvolvimento familiar como um todo pode ser influenciado, no sentido que, enquanto sistema, um membro da família afeta os demais, e qualquer nível de stress acaba por influenciar outros subsistemas, ativando o apoio dos membros familiares e ocasionando mudanças na estrutura e no funcionamento da família (Bueno et al., 2018; Carter & McGoldrick, 1995).

Os padrões de interação entre os membros da família, ao longo do tempo, constituem a estrutura familiar e dizem respeito ao funcionamento da família, que é definido como o conjunto de exigências funcionais que organizam o modo pelo qual seus membros interagem e determina os papéis e as funções de cada um (Minuchin, 1990; Minuchin et al., 2008).

Funcionamento familiar na População Reclusa

A reclusão é concetualizada como uma condição «composta por um trajeto gradual em que o indivíduo detido tem de se adaptar, interiorizar normas, regras e valores, diferentes dos que existem em liberdade (...)» (Foucault, 1975)

Uma condenação a uma pena privativa de liberdade e a consequente inserção num ambiente prisional cria um impacto considerado significativo na vida do indivíduo e da sua família, uma vez que foi alterada uma sequência expectável ao longo do ciclo de vida (Feldman et al., 2013).

O estudo dos ajustamentos que uma família realiza perante a reclusão de um dos seus elementos deve a sua importância ao impacto e ao significado que a mesma assume na sociedade, uma vez que, na literatura, a reclusão tem sido concebida como factor

gerador de uma crise que pressiona processos de mudança familiar (Alarcão, 2000; Ausloos, 1996).

Segundo Konvalina-Simas (2012), por ser o primeiro agente socializador, a família dispõe de um papel crucial na educação do indivíduo, devendo assumir uma quantidade de papéis e funções que estão implícitas nas dinâmicas familiares. Neste sentido, esta deve assumir funções de proteção e socialização dos seus membros, como resposta às necessidades da sociedade pertencente. As mudanças externas e internas a que a família deve responder, proporcionam um esquema de referência para um funcionamento familiar equilibrado.

Quando um membro da família é condenado a uma pena privativa de liberdade, a família procede a uma reestruturação de comportamentos como forma de alcançar um equilíbrio entre os recursos e as necessidades existentes no seio familiar, de modo a recuperar os níveis adequados de funcionamento e de bem-estar (Gómez & Kotliarenco, 2010, cit in Barata, 2019)

De acordo com Rodrigues (2001, p. 117), “são muitas as alterações provocadas na vida da família e do próprio recluso, podendo ocorrer diversas consequências, como revolta, tristeza ou medo pela ideia que se tem da cadeia”.

O suporte familiar constitui um fator influente na forma como o indivíduo lida com o cumprimento da pena que lhe foi atribuída e percebe a sua situação de reclusão, sendo essencial para bem-estar do mesmo e dos elementos integrantes do sistema familiar (Agudelo & Shanahan, 2012; Chiu & Liu, 2013; Clone et al., 2014, cit in Barata, 2019).

De acordo com Wauters (2003, p. 27), “o contato com a família é de suma importância para que o recluso não perca o vínculo com o mundo exterior”.

Conde e Teixeira (2018), desenvolveram um estudo, com o objetivo de avaliar as relações familiares de jovens reclusos. As autoras observaram que estes participantes atribuíam elevado valor e significado às suas relações familiares, vinculado aos discursos de todos os participantes do estudo. No entanto, verificaram alguma ambivalência presente nas narrativas dos mesmos acerca das suas relações familiares, isto é, para eles a família é amor, união e proteção, mas também é sinónimo de instabilidade, mágoa, abandono e ressentimento. Nesse estudo, as narrativas dos jovens

reclusos entrevistados eram pautadas por dificuldades em gerir emocionalmente as experiências de maus tratos, de abandono e de instabilidade familiar, evidenciando que estas dificuldades conduzem os indivíduos à prática de comportamentos desviantes como forma de alcançarem a sensação de possuir algum controlo face à sua vida e experiência emocional (cit in Barata, 2019)

Segundo Alves et al. (2013), é notório por parte da população reclusa uma narrativa de violência familiar física e psicológica, perpetrada através de violência conjugal ou violência parental, e recorrência a maus-tratos, abandono e negligência, a par de uma história familiar com fraca coesão afectiva, maioritariamente marcada por um distanciamento interpessoal e pela ausência da figura paterna (cit in Barata, 2019).

Partindo para a análise da família do indivíduo tido como criminoso, delimitam-se algumas características comumente encontradas no seu ambiente de desenvolvimento. Geralmente, as unidades familiares dos presos evidenciam uma dinâmica disfuncional, isto é, são, de alguma maneira, desestruturadas (Cabral & Medeiros, 2014). Nesse sentido, podem não possuir a presença de um elemento com função parental, o pai ou a mãe, apresentar uma situação socioeconómica crítica ou miserável, conviver com portadores de vícios, ou até mesmo, podem combinar todos esses fatores, por exemplo (García, 2003, p. 108).

A prática clínica em contexto prisional evidencia que as histórias de vida dos reclusos são pautadas por perdas significativas de vínculos afetivos, familiares e até morte. As narrativas destes indivíduos acerca das suas relações familiares demonstram uma grande instabilidade, perda, revolta e fragilidade, sendo possível identificar temáticas de morte, pai ausente e/ou inacessível, relação disfuncional com a mãe, ausência de regras claras, criminalidade familiar, segredos familiares, impulsividade e condutas agressivas encontradas na gestão das relações entre os reclusos e a família. Com a detenção, estas narrativas ganham novos contornos inerentes à situação de reclusão, tornando visível a fragilidade dos laços afectivos que estabelecem depois desta (Fonseca, 2022)

De acordo com estudos realizados em estabelecimentos prisionais, os reclusos apresentam um nível de funcionamento familiar baixo, a par dos recursos familiares. Na literatura científica existente encontra-se concetualizado que indivíduos em reclusão apresentam uma narrativa de instabilidade familiar, relacionamentos na família

antagónicos a par de violência e/ou maus tratos. Dessa forma, as relações familiares destes indivíduos são pautados por sentimentos ambivalentes, isto é, por um lado possuem sentimentos de proteção e de carinho, por outro lado, sentimentos de abandono e mágoa. Neste sentido, a falta de apoio e de conflitos existentes no seio familiar, ou seja, a disfuncionalidade familiar, desencadeia atitudes e comportamentos considerados antissociais e/ou criminosos, por parte dos indivíduos, sendo considerada um fator de risco (Conde & Teixeira, 2018; Cutrín et al., 2017, cit in Costa, 2020).

Por outro lado, é imprescindível promover a manutenção dos laços estabelecidos entre o recluso e a sua família, uma vez que, o vínculo estabelecido com a família é um fator protetor para a saúde mental destes podendo ter diversos benefícios, como a reinserção na sociedade (Assis et al., 2016; Durcan & Zwemstra, 2014, cit in Costa, 2020)

De facto, evidências científicas comprovam que, melhores níveis de saúde mental e de bem-estar psicológico nos reclusos estão associados a níveis mais elevados de funcionamento familiar e de suporte familiar por parte dos mesmos (Abade et al., 2011; Assis et al., 2016, cit in Barata, 2019)

Ao longo da fase de transição e de adaptação do indivíduo ao meio prisional, deve ser assegurado suporte familiar (Chiu & Liu, 2013; Durcan & Zwemstra, 2014, cit in Costa, 2020), uma vez que, o contacto com os familiares promove sentimentos de segurança e redução da ansiedade gerada (Harandi et al., 2017), refletindo-se no bem-estar e saúde mental dos reclusos (Arriola et al., 2015; Cotton et al., 2016, cit in Costa, 2020).

Importa, no entanto, referir que, o facto de o sujeito estar num ambiente prisional, isolado da sociedade, potencia a perda de vínculos tanto familiares como afetivos (Faustino & Pires, 2009).

Não obstante, a presença da família no processo de reclusão de um membro do seu núcleo familiar é um direito que deve ser assegurado a todos os reclusos, sendo decisivo na recuperação de valores na esfera social ao longo de todo o seu processo de reclusão (Freitas, 2008, cit in Costa, 2020).

Objetivos e Hipóteses de investigação

Este estudo surge da necessidade de compreender e caracterizar o funcionamento familiar dos reclusos, tendo como objetivo geral analisar, de forma comparativa, o funcionamento familiar entre população reclusa e população normativa. Neste sentido, pretende-se analisar as diferenças no funcionamento familiar entre as duas populações.

Atendendo à pesquisa de literatura realizada, hipotetiza-se a existência de diferenças no funcionamento familiar na população reclusa quando comparada com população normativa (Hipótese 1), bem como a existência de diferenças no funcionamento familiar em função da idade na população reclusa e na população normativa (Hipótese 2).

Metodologia

Nesta secção, apresentar-se-á uma descrição dos participantes que fizeram parte da amostra do estudo. Posteriormente, irá ser procedida a descrição dos instrumentos utilizados para recolher os dados e de seguida a explicação dos procedimentos que foram realizados.

De acordo com a tipologia de Montero e León (2007), é de salientar que a metodologia da presente investigação se caracteriza por um estudo empírico com metodologia quantitativa, mais especificamente, um estudo ex post facto prospetivo, sendo um estudo correcional e transversal.

Este estudo recorre aos dados recolhidos no âmbito dos estudos genéricos “Preditores psicobiológicos do funcionamento positivo e da adaptação à prisão em reclusos (CIPD/2122/PERS/2)” e “Personalidade e Funcionamento Positivo (CIPD/2122/PERS/3)”.

Participantes

A amostra deste estudo é constituída por 716 indivíduos, 438 da população normativa (61,2%) e 278 da população reclusa (38,8%).

Importa realçar que a amostra da população normativa foi seleccionada em função dos seguintes critérios de inclusão: (a) indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, (b) adultos da população normativa, isto é, população não clínica, (c) indivíduos que possuíssem competências básicas ao nível da leitura e de escrita para que

fosse possível o preenchimento dos questionários, e (d) indivíduos de diferentes nacionalidades. Por sua vez, destacam-se como critérios de exclusão: (a) indivíduos do sexo feminino, (b) existência de comprometimento cognitivo ou deficiência intelectual e c) indivíduos analfabetos.

Quanto aos critérios de inclusão da população reclusa pode dizer-se que foram incluídos no estudo: (a) indivíduos que se encontrassem a cumprir pena num estabelecimento prisional português, (b) indivíduos que possuíssem competências básicas ao nível da leitura e de escrita para que fosse possível o preenchimento dos questionários, e (c) indivíduos de diferentes nacionalidades. No que diz respeito aos critérios de exclusão, foram excluídos: (a) indivíduos do sexo feminino, (b) indivíduos sem competências básicas ao nível da leitura e da escrita, (c) indivíduos que ocultaram o número de recluso ou preencheram incorretamente o campo correspondente e, por último, (d) indivíduos que não se encontrassem a cumprir pena num Estabelecimento Prisional português.

Caracterização dos participantes – variáveis sociodemográficas

Relativamente à população normativa, observa-se que, a faixa etária dos inquiridos encontra-se entre os 17 e os 82 anos de idade (M=35,2 e DP=16,9). Dos sujeitos que compõem a amostra, 399 possuem nacionalidade portuguesa (91,1%). Relativamente às habilitações literárias, 224 indivíduos possuem o 3º ciclo do ensino básico (51,1%). No que se refere á situação ocupacional, 166 sujeitos estão empregados (37,9%) e 141 encontram-se a estudar (32,2%). Referente ao estado civil, 229 indivíduos estão solteiros (52,3%) e 143 estão casados (32,6%). Por último, conforme a tipologia do agregado familiar, 96 (21,9%) indivíduos vivem com a família de origem (pais, filhos e irmãos) e 92 (21%) vivem com a família nuclear (cônjuge, padrastos, madrastas e enteados). A caracterização detalhada dos participantes encontra-se na tabela 1.

Tabela 1 - Características sociodemográficas da amostra da população normativa

	Nº	%	M	DP	Min.	Máx.
Idade	-	-	35,2	16,9	17	82
Nacionalidade	-	-	-	-	-	-

- Portuguesa	399	91,1				
- Outros	11	4,2				
Estado civil			-	-	-	-
- Solteiro	229	52,3				
- União de facto	20	4,6				
- Casado	143	32,6				
- Divorciado	10	2,3				
- Viúvo	5	1,1				
Habilitações literárias			-	-	-	-
- Saber ler e escrever	28	6,4				
- 1º ciclo- ensino básico	14	3,2				
- 2º ciclo- ensino básico	31	7,1				
- 3º ciclo- ensino básico	224	51,1				
- Ensino secundário	64	14,6				
- Ensino superior	28	6,4				
Profissão			-	-	-	-
- Estudante	141	32,2				
- Empregado	166	37,9				
- Desempregado	13	3,0				
- Reformado	40	9,1				
- Trabalhador- estudante	14	3,2				
Tipo de agregado (com quem vive)			-	-	-	-
- Sozinho	0	0				
- Família nuclear	92	21,0				
- Família de origem	96	21,9				
- Monoparental	11	2,5				
- Família alargada	31	7,1				
- Outros	2	0,5				

Relativamente à população reclusa, observa-se que, dos 278 indivíduos, 86 encontram-se a executar pena no estabelecimento prisional do Porto (30,9%), 85 encontram-se a executar pena no estabelecimento prisional do Vale do Sousa (30,6). Os

restantes encontram-se a executar pena noutros estabelecimentos da zona Norte. A faixa etária dos inquiridos encontra-se entre os 18 e os 70 anos de idade (M=36,4 e DP=10,0). Dos sujeitos que compõem a amostra, 211 possuem nacionalidade portuguesa (75,9%). Relativamente às habilitações literárias, 104 indivíduos possuem o 1º ciclo do ensino básico (34,4%). No que se refere à situação ocupacional, 169 sujeitos encontram-se a estudar (60,8%) e 161 estão empregados (57,9%). Referente ao estado civil, 146 indivíduos estão solteiros (52,5%). Conforme a tipologia do agregado familiar, 85 (30,6%) dos indivíduos vivem com a família nuclear (cônjuge, padrastos, madrastas e enteados). Relativamente às visitas, 101 dos reclusos que constituem a amostra recebem visitas no estabelecimento prisional em que estão inseridos (57,9%). Quanto ao tipo de crime que originou a reclusão, 52 dos reclusos insere-se na categoria dos crimes contra o património (18,7). Por último, no que se refere ao número de anos de cumprimento de pena no estabelecimento Prisional, a média varia entre penas inferiores a 12 anos (M=7,16 e DP=4,83). A caracterização detalhada dos participantes encontra-se na tabela 2.

Tabela 2: Características sociodemográficas da amostra da população reclusa

	Nº	%	M	DP	Min.	Máx.
Estabelecimento Prisional			-	-	-	-
- EP Paços de ferreira	47	16,9				
- EP Vale do soua	85	30,6				
- EP Porto	86	30,9				
- EP Santa Cruz Do Bispo	60	21,6				
Masculino						
Idade	-	-	36,4	10,0	18	70
Nacionalidade			-	-	-	-
- Portuguesa	221	75,9				
- Outros	7	0,26				
Habilitações literárias			-	-	-	-
- Saber ler e escrever	37	13,3				
- 1º ciclo- ensino básico	104	37,4				
- 2º ciclo- ensino básico	96	34,5				

- 3º ciclo- ensino básico	24	8,6				
- Ensino secundário	0	0				
- Ensino superior	5	1,8				
Profissão			-	-	-	-
- Estudante	169	60,8				
- Empregado	161	57,9				
- Desempregado	56	20,1				
- Reformado	0	0				
- Trabalhador- estudante	0	0				
Estado civil			-	-	-	-
- Solteiro	146	52,5				
- União de fato	38	18				
- Casado	50	13,7				
- Divorciado	31	11,2				
- Viúvo	5	1,8				
Tipo de agregado (com quem vive)			-	-	-	-
- Sozinho	11	4,0				
- Família nuclear	85	30,6				
- Família de origem	31	11,2				
- Monoparental	13	4,7				
- Família alargada	35	12,6				
Visitas			-	-	-	-
- Sim	161	57,9				
- Não	14	5,0				
Categoria do crime cometido			-	-	-	-
- crimes contra pessoas	36	12,9				
- crimes contra património	52	18,7				
- crimes relativos a	40	14,4				
estupefacientes						
- crimes: pessoas + património	16	5,8				
Nº anos de pena	-	-	7,16	4,83	<1	25

Instrumentos de avaliação

Com o intuito de dar resposta às questões colocadas no âmbito do estudo de investigação e de testar as hipóteses formuladas, foram utilizados como instrumentos o Questionário Sociodemográfico e Jurídico-Penal e o *Systemic Clinical Outcome Routine Evaluation* (SCORE-15). Estes instrumentos viabilizaram recolher informações variadas acerca dos reclusos e da população normativa permitindo avaliar as distintas dimensões necessárias (Costa, 2020)

Questionário Sociodemográfico e Jurídico-Penal

Para recolher informação relativa às características sociodemográficas da população normativa procedeu-se à aplicação de um Questionário Sociodemográfico. Na dimensão designada por informação sociodemográfica esta é constituída por diversos itens, como idade, sexo, nacionalidade, habilitações literárias e profissão. Na dimensão familiar recolheu-se informações sobre o estado civil e a composição do agregado familiar.

Por sua vez, procedeu-se à aplicação de um Questionário Jurídico- Penal, de modo a recolher informações acerca do tipo de crime executado, história criminal, número de anos de pena e o tempo de pena já cumprido pelo recluso. Para além de todas as dimensões descritas anteriormente, o questionário aborda ainda questões de comportamento institucional (visitas que o recluso recebe, história de dependências de substâncias psicoactivas e/ou álcool e a história de saúde presente e passada) (Costa, 2020)

Systemic Clinical Outcome Routine Evaluation (SCORE-15)

O SCORE-15 foi originalmente publicado por Bland, Janes, Lask e Stratton (2010), em Inglaterra. A versão portuguesa deste instrumento foi desenvolvida por Relvas, Silva e Vilaça (2015), estando disponível através da página <http://www.fpce.uc.pt/avaliacaofamiliar>.

Consiste num questionário de autorresposta que avalia diversos aspetos do funcionamento familiar (FF), sensíveis à mudança terapêutica. É constituído por 15 itens distribuídos por três dimensões (Vilaça et al., 2015, cit in Barata, 2019): Recursos

familiares (e.g., “Somos bons a encontrar novas formas de lidar com as dificuldades”), - itens 1, 3, 6, 10, 15; Comunicação na família (e.g., “Na minha família muitas vezes não se diz a verdade uns com os outros”) - itens invertidos 2, 4, 8, 12, 13 e Dificuldades familiares (e.g., “Sentimo-nos muito infelizes em nossa família”)- itens invertidos 5, 7, 9, 11, 14. Estes itens representam descrições de vários aspetos da interação familiar. As respostas são assinaladas conforme a escala Likert de cinco níveis (1=Descreve-nos muito bem; 2=Descreve-nos bem; 3=Descreve-nos em parte; 4=Descreve-nos mal; e 5=Descreve-nos muito mal) . A primeira subescala “recursos familiares”, refere -se aos recursos e à capacidade de adaptação da família; a segunda subescala “comunicação na família”, avalia a comunicação no sistema familiar; por fim a última subescala “dificuldades familiares”, remete para a sobrecarga das dificuldades no sistema familiar. Quanto menor for o valor dos resultados melhor é o funcionamento familiar (Bland et al., 2010; Vilaça et al., 2014).

O SCORE -15 foi desenvolvido para ser utilizado com os vários elementos da família com mais de 12 anos, quer na prática clínica quer na investigação.

Relativamente às características psicométricas deste instrumento na versão portuguesa, verifica-se uma boa consistência interna da escala total ($\alpha = 0,84$), tal como boa consistência interna do factor 1 ($\alpha = 0,85$), do factor 2 ($\alpha = 0,83$) e do factor 3 ($\alpha = 0,82$). Foi averiguada a validade interna da escala, através da análise factorial exploratória. Esta análise evidencia resultados significativos ao nível da adequação da amostra para a realização da análise em componentes principais, recorrendo ao cálculo de critério de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) (0,907) e do teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2 = 4006.318$; gl = 105, $p < .001$), assinalando que existem correlações entre as variáveis. A análise em componentes principais indica uma solução de três fatores (com valores próprios superiores a 1) que, em conjunto, explicam 64.98% da variância total (Relvas et al., 2015, cit in Barata, 2019)

Procedimentos

Procedimentos de recolha dos dados

O presente trabalho de investigação, encontra-se integrado por um projeto de investigação mais amplo, a ser desenvolvida pelo Centro de Investigação em Psicologia para o Desenvolvimento (CIPD) da Universidade Lusíada Norte-Porto.

Numa fase inicial foi feito um pedido de autorização à Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. Após a autorização, como forma de dar conhecimento do estudo e obter a devida autorização para o agendamento da recolha de dados necessária, foram estabelecidos os contactos necessários com os diretores dos diversos estabelecimentos prisionais do Norte (Costa, 2020).

A recolha de dados foi realizada em dois momentos distintos. Num primeiro momento, foram aplicados os devidos questionários através de contacto direto com os reclusos, posteriormente, na última fase da recolha de dados, foram consultados os processos individuais de todos os reclusos. Esta consulta permitiu recolher informações relevantes acerca dos participantes, sobretudo, os seus dados sociodemográficos e jurídico-penais (Costa, 2020).

Aquando da seleção dos reclusos para a participação no presente estudo de investigação, procedeu-se à explicação dos objetivos e do procedimento inerentes à mesma, salientando a participação voluntária e a confidencialidade total. Após autorização dos mesmos em participar, procedeu-se ao respetivo consentimento informado por parte dos reclusos que participaram no estudo (Costa, 2020).

Depois assinado do consentimento informado, avançou-se para a aplicação dos respetivos questionários, tendo sido realizada em pequenos grupos, num ambiente neutro e silencioso (Costa, 2020).

Relativamente à recolha dos dados na população normativa, foi enviado um pedido de autorização à Comissão de Ética das Universidades Lusíada de forma a realizar este estudo com os estudantes da Universidade Lusíada - Norte (Porto). Para este propósito, de modo a perceber a disponibilidade para a aplicação dos instrumentos de avaliação nas diversas turmas, foram contactados diferentes Diretores de Faculdades e/ou Institutos da Universidade, nomeadamente, do Instituto de Psicologia e Ciências da Educação, da Faculdade de Direito, da Faculdade de Arquitetura e Artes e da Faculdade de Ciências da Economia.

Procedimentos de análise dos dados

Após a recolha dos dados junto dos participantes, foram cotados os resultados brutos obtidos mediante as instruções dos autores dos instrumentos utilizados, os resultados foram introduzidos numa base de dados e processados pelo programa

estatístico *Software Statistical Package for The Social Scienses (SPSS)*, versão 26, onde foi realizada a limpeza dos dados introduzidos, computação das variáveis e a caracterização da distribuição.

Deste modo, para a análise dos dados, numa primeira fase, foi realizada a estatística descritiva, onde se sintetiza e representa, de forma compreensível, a informação contida num conjunto de dados (Martins, 2011). Nela foram executadas medidas como a média e o desvio-padrão para a caracterização dos participantes.

Para dar resposta às questões formuladas e aos objetivos traçados neste estudo foi inicialmente feita uma análise da normalidade ao nível da distribuição das variáveis dependentes, através do teste de normalidade *Kolmogorov-Smirnov*, seguido do teste de *Levene* com o intuito de verificar a homogeneidade de variância.

A distribuição da maioria das variáveis revelou-se significativamente diferente da distribuição normal ($p < .05$), indicado para amostras > 30 . O teste de *Levene* também não corroborou a homogeneidade de variâncias ($p < .05$). No entanto, a violação do pressuposto de normalidade está fundamentado pelo facto de a amostra ser relativamente grande e robusta ($n=716$), sendo que a não normalidade tem consequências mínimas na interpretação dos resultados (Pestana & Gageiro, 2008). Após a análise do α -Cronbach, que revelou uma consistência interna aceitável (.643), optou-se pela utilização dos testes paramétricos (Teste *t-student* para amostras independentes), com o objetivo de perceber se existiam diferenças entre as variáveis definidas para a investigação.

Apresentação dos Resultados

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos, considerando os instrumentos utilizados e o processamento estatístico dos dados. De modo a simplificar a compreensão dos resultados de acordo com as variáveis em estudo e os objetivos de investigação propostos, a apresentação dos resultados está organizada em tabelas ilustrativas.

Estudo das diferenças ao nível do Funcionamento Familiar entre a População normativa e os Reclusos

Com o objetivo de perceber se existem diferenças ao nível do funcionamento familiar, foi aplicado um teste *t-Student* com o objetivo de comparar os resultados

obtidos nas amostras da população normativa e na população reclusa. Na tabela 3, são apresentados os resultados.

Tabela 3- Diferenças das dimensões da escala SCORE-15 nos grupos

Diferenças nos grupos	<i>t</i> (gl)	Grupo 0(população normativa)		Grupo 1 (Reclusos)	
		N(293)		N(278)	
		M	DP	M	DP
Score-15 Total	<i>t</i> (472)	3,20	0,73	2,90	0,65
	6,36***				
Recursos familiares	<i>t</i> (530)	2,04	0,77	1,89	0,92
	2,09*				
Comunicação na família	<i>t</i> (517)	3,74	0,81	3,42	1,01
	4,20***				
Dificuldades Familiares	<i>t</i> (543)	3,82	0,42	3,40	0,96
	5,65***				

* $p < .05$; *** $p < .001$

Pela análise da tabela 3, podemos concluir que existem diferenças significativas entre os participantes da população normativa e os reclusos ao nível do funcionamento familiar, quer em termos do *Score* 15 Total, $t(472) = 6,36$, $p < .001$, quer ao nível dos Recursos Familiares, $t(530) = 2,09$, $p < .05$, da Comunicação na família, $t(517) = 4,20$, $p < .001$ e das Dificuldades Familiares, $t(543) = 5,65$, $p < .001$. Mais especificamente, e atendendo às médias observadas em ambos os grupos, observamos valores médios mais elevados na população normativa do que na população reclusa quer no *Score* 15 total (G0=3,20, DP=0,73, G1=2,90 (DP=0,65), quer nas suas diferentes dimensões. Na dimensão relacionada com os recursos familiares, o grupo 0 apresenta uma média de 2,04 (DP=0,77) e o grupo 1 apresenta uma média de 1,89 (DP=0,92). Na Comunicação na família (CF), o grupo 0 apresenta uma média de 3,74 (DP= 0,81) e o grupo 1 apresenta uma média de 3,42 (DP= 1,01). No que diz respeito às dificuldades Familiares (DF), no grupo 0, a média é de 3,82 (DP=0,42), já no grupo 1 a média é de 3,40 (DP= 0,96).

Desta forma, considerando que o valor mínimo é de 1 e o valor máximo é de 5, e que quanto maior o valor obtido, menor o grau de funcionalidade (Barata, 2019), observa-se que, a população normativa apresenta uma percepção mais negativa do seu funcionamento familiar do que os reclusos, isto é, podemos dizer que os indivíduos da população normativa apresentam um menor grau de funcionalidade familiar, quando comparados com a população reclusa. O mesmo se observa em relação às dimensões do Funcionamento Familiar. Atendendo às médias observadas, a população normativa percebe menores Recursos Familiares, apresentando uma percepção mais negativa da Comunicação na Família e maiores Dificuldades Familiares, quando comparada com os reclusos.

Estudo das diferenças em função da idade ao nível do Funcionamento Familiar na População normativa e nos Reclusos

Tabela 4: Diferenças nos grupos em função da idade

	Grupos
	<i>t</i> (gl)
idade	t(684)
	-1,07 <i>n.s</i>

Pela análise da tabela 4, podemos concluir que não existem diferenças significativas na idade dos participantes da população normativa e dos reclusos.

Tabela 5: Diferenças da escala SCORE-15 nos grupos em função do escalão etário

Escalão etário	Funcionamento Familiar			
	População normativa		População reclusa	
	N	M(DP)	N	M(DP)
(17-20 anos)	109	3,19 (0,43)	1	2,73 (0)
(21-30 anos)	111	3,26 (0,41)	90	3,01 (0,61)
(31-60 anos)	150	3,18 (0,48)	175	2,86 (0,67)

	População normativa		População reclusa	
	N	N (413)	N	N (273)
		M(DP)		M(DP)
(61-70 anos)	24	3,16 (0,43)	7	2,66 (0,72)
(71-85 anos)	19	3,14 (0,27)	0	-

*** $p < .05$

Pela análise da tabela 5, é possível concluir que existem diferenças estatisticamente significativas no funcionamento familiar dos grupos em função do escalão etário, $p < .05$. Mais especificamente, e atendendo às médias observadas, observamos valores mais elevados na faixa etária dos 21-30 anos em ambas as populações. Desta forma, podemos referir que, os indivíduos com idades entre os 21 e os 30 anos percebem mais negativamente o seu funcionamento familiar. É ainda possível observar que, na população normativa os indivíduos apresentam uma percepção mais negativa do seu funcionamento familiar, quando comparada com os reclusos.

Discussão

Tendo em conta a escassez de estudos comparativos ao nível do funcionamento familiar entre os Reclusos e a População Normativa, o presente estudo de investigação assumiu como objetivo primordial analisar, de forma comparativa, o funcionamento familiar entre população reclusa e população normativa, com o intuito de verificar se existiam diferenças no funcionamento familiar entre as duas populações. Previamente, considerou-se pertinente analisar as diferenças no funcionamento familiar em função da idade na população reclusa e na população normativa.

Relativamente ao principal objetivo, os resultados da investigação demonstraram que existem diferenças ao nível do funcionamento familiar entre a população reclusa e a população normativa. Com o intuito de caracterizar o funcionamento familiar nos grupos e, perceber em que dimensões as diferenças são mais notórias, foi realizada uma análise descritiva da variável em estudo. Os resultados deste estudo demonstraram que a população normativa apresenta uma percepção mais negativa do seu funcionamento familiar do que os reclusos, isto é, podemos dizer que os indivíduos da população normativa apresentam um menor grau de funcionalidade familiar, quando comparados com a população reclusa. O mesmo se observa em relação às dimensões do Funcionamento Familiar. Atendendo às médias observadas, a

população normativa percebe menores Recursos Familiares, apresentando uma percepção mais negativa da Comunicação na Família e maiores Dificuldades Familiares, quando comparada com os reclusos.

Estes resultados podem ser corroborados pela literatura científica na medida que, a forma como a família identifica os seus recursos, as suas capacidades, e as ativa para ultrapassar situações de crise e resolver as dificuldades que as crises normativas ou imprevisíveis trazem, vai definir o funcionamento familiar. Se a família é capaz de identificar os recursos e capacidades de que dispõe e se os consegue aplicar de forma eficaz, então terá uma percepção positiva do funcionamento familiar. Se, pelo contrário, a família não reconhece recursos e competências para lidar com os desafios, não os aplica e não enfrenta o impasse, a percepção do funcionamento familiar será negativa (Lopes, 2008)

Diversos estudos indicam que episódios adversos e stressores causam impacto no funcionamento familiar (Masarik & Conger, 2017; Randall & Bodenmann, 2009; Story & Bradbury, 2004). O *stress* decorrente das necessidades ou exigências externas, reflete-se no sistema familiar, prejudicando as condutas parentais (Bakker & Demerouti, 2013; Bass et al., 2009; Bolger et al., 1989; Brock e Lawrence, 2008).

De acordo com os dados obtidos neste estudo, os reclusos apresentam uma perspectiva mais positiva, quer no seu funcionamento familiar global quer nas suas dimensões, do que a população normativa. Os resultados obtidos são considerados inesperados, na medida que, dada a vasta literatura científica, seria expectável que os reclusos apresentassem um menor grau de funcionalidade familiar em comparação com a população normativa. Evidências científicas concetualizam que a nível familiar, indivíduos que se encontram em situação de reclusão apresentam disfuncionalidades mais acentuadas.

Um fator importante a ter em conta na interpretação dos dados reside no facto de os indivíduos, que constituem a amostra da população reclusa, se encontrarem inseridos num contexto tão específico como o contexto prisional. O contexto onde estes indivíduos estão inseridos pode moldar o tipo de resposta às questões solicitadas, tendendo a “romantizar” as suas respostas, traduzindo-se em elevada deseabilidade social, o que pode também resultar num enviesamento das suas respostas. Daí terem

obtido melhores resultados no funcionamento familiar comparativamente com a população normativa.

Na literatura científica existente encontra-se concetualizado que indivíduos em reclusão apresentam uma narrativa de instabilidade familiar, relacionamentos na família antagónicos a par de violência e/ou maus tratos. Dessa forma, as relações familiares destes indivíduos são pautados por sentimentos ambivalentes, isto é, por um lado possuem sentimentos de proteção e de carinho, por outro lado, sentimentos de abandono e mágoa. Neste sentido, a falta de apoio e de conflitos existentes no seio familiar, isto é, a disfuncionalidade familiar desencadeia atitudes e comportamentos considerados antissociais e/ou criminosos, por parte dos indivíduos, sendo considerada um fator de risco (Conde & Teixeira, 2018; Cutrín et al., 2017, cit in Costa, 2020).

Partindo para a análise da família do indivíduo tido como criminoso, delimitam-se algumas características comumente encontradas no seu ambiente de desenvolvimento. Geralmente, as unidades familiares dos presos evidenciam uma dinâmica disfuncional, isto é, são, de alguma maneira, desestruturadas (Cabral & Medeiros, 2014). Nesse sentido, podem não possuir a presença de um elemento com função parental, o pai ou a mãe, apresentar uma situação socioeconómica crítica ou miserável, ou até mesmo, podem combinar todos esses fatores, por exemplo (García, 2003).

A prática clínica em contexto prisional evidencia que as histórias de vida dos reclusos são pautadas por perdas significativas de vínculos afetivos, familiares e até morte. As narrativas destes indivíduos acerca das suas relações familiares demonstram uma grande instabilidade, perda, revolta e fragilidade, sendo possível identificar temáticas de morte, pai ausente e/ou inacessível, relação disfuncional com a mãe, ausência de regras claras, criminalidade familiar, segredos familiares, impulsividade e condutas agressivas encontradas na gestão das relações entre os reclusos e a família. Com a detenção, estas narrativas ganham novos contornos inerentes à situação de reclusão, tornando visível a fragilidade dos laços afectivos que estabelecem depois desta (Fonseca, 2022).

O facto de o sujeito estar num ambiente prisional, isolado da sociedade, potencia a perda de vínculos tanto familiares como afetivos (Faustino & Pires, 2009). Ao longo da fase de transição e de adaptação do indivíduo ao meio prisional, deve ser assegurado

suporte familiar (Chiu & Liu, 2013; Durcan & Zwemstra, 2014, cit in Costa, 2020), uma vez que, o contacto com os familiares promovem sentimentos de segurança e redução da ansiedade gerada (Harandi et al., 2017), refletindo-se no bem-estar e saúde mental dos reclusos (Arriola et al., 2015; Cotton et al., 2016, cit in Costa, 2020). De facto, evidências científicas comprovam que, melhores níveis de saúde mental e de bem-estar psicológico nos reclusos estão associados a níveis mais elevados de funcionamento familiar e de suporte familiar por parte dos mesmos (Abade et al., 2011; Assis et al., 2016, cit in Barata, 2019)

Conde e Teixeira (2018), desenvolveram um estudo, com o objetivo de avaliar as relações familiares de jovens reclusos. As autoras observaram que estes participantes atribuíam elevado valor e significado às suas relações familiares, vinculado aos discursos de todos os participantes do estudo, quer em retrospectiva face à sua vida passada, como na reflexão e projeção acerca do seu futuro. No entanto, verificaram alguma ambivalência presente nas narrativas dos mesmos acerca das suas relações familiares, isto é, para eles a família é amor, união e proteção, mas também é sinónimo de instabilidade, mágoa, abandono e ressentimento (cit in Barata, 2019)

De acordo com estudos realizados em estabelecimentos prisionais, os reclusos apresentam um nível de funcionamento familiar baixo, a par dos recursos familiares. Contrariamente, neste estudo, os reclusos evidenciaram uma perceção positiva quer no Funcionamento familiar global quer nos recursos Familiares. Este resultado pode ser justificado pelo facto de, neste estudo, a maioria dos reclusos receber visitas dos familiares. As visitas num estabelecimento prisional são cruciais para a manutenção dos laços familiares e relacionamentos sociais com a comunidade, durante o processo de reclusão, contribuindo para o ajustamento dos reclusos à prisão (Bales et al., 2014; Pierce, 2015, cit in Barata, 2019).

Por sua vez, o estabelecimento prisional que se encontra recluso, a par do distrito de residência dos reclusos e da família são variáveis que estão implícitos no estudo do funcionamento familiar e bem-estar dos reclusos, na medida que, indivíduos que se encontram em reclusão longe do seu distrito de residência, ou longe da residência dos familiares próximos, tendem a experienciar um enfraquecimento das relações familiares, uma diminuição da comunicação na família, um aumento das dificuldades familiares a par de uma rutura dos laços e apoio familiares. O facto de o indivíduo estar

recluído num estabelecimento prisional longe do seu local de residência, no qual vive com os pais ou com a companheira e os filhos, torna-se um fator prejudicial para a manutenção dos laços familiares e suporte familiar, causando prejuízo no funcionamento pessoal e familiar, levando a uma diminuição do número de visitas pela distância e dificuldades de deslocação. (Fonseca, 2022). Neste estudo, observa-se que todos os participantes (278) se encontram a cumprir pena num Estabelecimento Prisional da zona Norte e, por sua vez, 63,9 % dos reclusos reside na zona Norte. Deste modo, o facto de a grande maioria dos reclusos não estar deslocado da sua zona de residência, pode ser um fator explicativo da perceção positiva dos mesmos relativamente ao seu funcionamento familiar.

Os resultados deste estudo mostraram que a população normativa apresenta uma perceção negativa quer no funcionamento familiar global quer nas suas dimensões. Este resultado pode ser explicado pela literatura científica, na medida em que, várias fontes de stress que podem contribuir para a sobrecarga sentida pelas famílias. Uma delas refere-se ao contacto stressante de um dos membros da família com forças extrafamiliares, por exemplo, a influência do ambiente laboral de um dos pais no seu bem-estar, refletindo-se no sistema familiar. De igual modo, o contacto de toda a família com forças extrafamiliares, como por exemplo, a crise económica, também poderá ser outra fonte (Dias, 2000). Minuchin (1974) menciona também o stress em fases de transição da família, como por exemplo durante o desenvolvimento dos filhos (Begle et al., 2011), uma vez que os pais enfrentam vários focos de stress, tais como a tomada de decisões relacionadas com estratégias parentais, a gestão comportamental dos filhos, preocupações ao nível da saúde e responsabilidades educacionais. Desta forma, todos os focos de stress que sobrecarregam a família conduzem ao aumento do cansaço, o qual tem uma grande influência nas crenças e comportamentos parentais (Dunning & Giallo, 2012).

De acordo com a literatura, um fator bastante importante e que jamais deve ser esquecido na avaliação do funcionamento familiar é a cultura, visto que, o conceito de “normalidade” pode variar de acordo com os grupos étnicos e os grupos socioculturais de cada família. Agostinho (2009) salienta a importância da cultura, no sentido em que há famílias enquadradas nos níveis menos funcionais, mas que estão bem adaptadas ao seu meio social. Daí a importância de avaliar também os fatores sociodemográficos no funcionamento familiar. Não há uma só maneira ou forma de responder às necessidades

e situações nos mais variados contextos. A relatividade cultural define o modo como os seres humanos vivem, sobrevivem e convivem, pois as diferentes culturas definem formas específicas de organização social independentemente do tempo e espaço (Monteiro & Santos, 2002). Isto significa que o padrão normativo de funcionamento familiar de uma cultura, pode não ser o de outra, variando de acordo com os comportamentos comuns de um determinado grupo social. Neste sentido, torna-se relevante fazer uma análise sociodemográfica em qualquer estudo devido às desigualdades sociais e demográficas das várias regiões do mundo.

Deste modo, o segundo objetivo da investigação está relacionado com a análise do funcionamento familiar em função da idade na população reclusa e na população normativa.

Segundo a literatura científica, a idade é um factor que pode influenciar a perceção do funcionamento familiar. Estudos revelam que existe uma maior prevalência de famílias com dificuldades no funcionamento familiar, em adolescentes com idades mais próximas da idade adulta (Magalhães et al., 2019). Almeida (2014) concluiu que existem diferenças ao nível da perceção do funcionamento familiar entre pais e filhos, no sentido em que os filhos percecionam o funcionamento familiar mais negativo do que os pais. Por sua vez, os resultados deste estudo demonstram que os indivíduos entre os 21 e os 30 anos percecionam um funcionamento familiar mais negativo, o que por sua vez, vai de encontro aos estudos anteriormente mencionados.

Conclusões e limitações do estudo

A família desempenha um papel preponderante no sujeito, uma vez que é o primeiro e principal sistema com que interagimos e é o pilar para a construção e crescimento individual e coletivo dos seus elementos (Santos, 2012).

A família potencia a adaptação e o ajustamento do indivíduo face às mudanças que ocorrem na sociedade, determinando a sua integração social (Dias, 2011). Estas mudanças tem impacto no seio das famílias, a nível estrutural e dinâmico, havendo a necessidade de uma adaptação às novas realidades por parte destas, como forma a garantir o equilíbrio do seu funcionamento (Saraceno & Naldini, 2003).

Estudar o funcionamento familiar e a sua complexidade afigura-se uma tarefa muito relevante e atual, especialmente quando se consideram as transformações sociais e culturais ocorridas nas últimas décadas (Dessen, 2010; Teodoro, 2012; Walsh, 2016).

A importância do estudo do funcionamento familiar está associada à necessidade de compreender as características das famílias quando o seu funcionamento é saudável, desequilibrado ou disfuncional. Como tal, o presente trabalho de investigação surge da necessidade de compreender e caracterizar o funcionamento familiar dos reclusos e da população normativa. Para este efeito, a presente dissertação apresenta como objetivo geral analisar o funcionamento da População Reclusa, comparativamente com a População Normativa, percebendo se existem diferenças entre as mesmas.

As principais conclusões que podemos retirar deste estudo prendem-se com a perceção do funcionamento familiar. Os reclusos apresentam uma perceção mais positiva do seu funcionamento familiar contrariamente à população normativa, apresentando melhor funcionamento quer global. Estes resultados podem ser justificados pelo facto de uma das amostras ser uma população reclusa, o que limita os resultados do estudo, na medida em que, o contexto onde estes indivíduos estão inseridos pode moldar o tipo de resposta às questões solicitadas, traduzindo-se em elevada desejabilidade social e numa “romantização” das respostas dadas relativas ao seu funcionamento familiar.

Existem diversos tipos de acontecimentos que podem influenciar negativamente a dinâmica e o funcionamento familiar dos indivíduos, como por exemplo, problemas económicos, (Harland et al., 2002; Laplante et al., 2009 & Mccrum-gardner et al., 2010); falecimento de uma pessoa próxima ou o falecimento do pai, que provocará uma predisposição na mãe para procurar apoio emocional nos filhos (Rodríguez et al., 2009).

De facto, acontecimentos não normativos, como a condenação de um membro da família a uma pena de prisão, são desencadeadores de alterações na estrutura da família e no seu funcionamento, podendo mesmo ter um papel central na disfunção da família. Porém, poucos são os estudos e os instrumentos que avaliam de forma integrada o funcionamento da família. A maioria dos instrumentos foca-se em variáveis muito específicas da família que pouco representam a complexidade do seu funcionamento. Por outro lado, o funcionamento da família também se altera ao longo das etapas do

ciclo vital da família e dos eventos com que esta se depara, implicando uma análise contextual da família (Cerveira, 2015).

No que concerne às limitações do estudo, como qualquer estudo de investigação, também este encontrou algumas limitações que importa ter em conta até para clarificar alguns dos resultados observados no presente estudo e para uma melhor compreensão destes. Inicialmente, é importante referir as limitações referentes aos instrumentos e a forma como os mesmos são implementados. O facto de constituírem medidas de autorrelato aumenta a desejabilidade social (onde as respostas dos sujeitos podem ser enviesadas, tendo o simples conhecimento das normas sociais e daquilo que é socialmente aceite), e também uma percepção distorcida da realidade. Outra limitação encontrada prende-se com o facto de a amostra apenas integrar indivíduos do sexo masculino, tornando-se redutora e não permitindo comparar diferenças entre sexos. Por sua vez, o facto de a recolha de dados ter sido realizada num contexto prisional limitou os resultados deste estudo, tendo em conta que são sujeitos que vivem sob um clima de constante desconfiança, apesar de participarem voluntariamente no estudo, questionavam-se sobre a finalidade dos questionários e se poderiam ou não ser prejudicados pelos órgãos da justiça, o que pode também resultar num enviesamento das suas respostas. A recolha foi, se igual forma, um processo moroso devido às suas questões burocráticas. Por último, elencamos também como limitação o facto de existirem poucas investigações que utilizem o *Score-15* ao nível internacional e nacional.

A escassez de artigos, com estes instrumento em específico, inviabilizou a possibilidade de comparar os resultados desta investigação, de forma mais pormenorizada, com resultados de outros estudos com o mesmo instrumento de medida. Contudo, esta característica acrescenta, ao mesmo tempo, um contributo inegável ao presente estudo, uma vez que faz uso de um instrumento bastante recente (*Score-15*) e pouco explorado na literatura, mais concretamente na área da investigação, onde ainda é pouco utilizado (Bland et al., 2010). Este estudo contribui, de igual forma, para o acréscimo de informação sobre o funcionamento familiar em Portugal, onde encontrámos poucos estudos sobre o tema.

Referências bibliográficas

- Abade, F., Furtado, E., Silva, P., & Souza, J. (2011). Avaliação do funcionamento familiar no contexto da saúde mental. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 38, 6, 254-259.
- Agostinho, A. (2009). *Filhos na escola e filhos adultos: a relação entre funcionamento familiar, parentalidade e resiliência*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde na área Sistémica, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação na Universidade de Lisboa.
- Agudelo, S. V., & Shanahan, R. (2012). The family and recidivism. *American Jails*, 17-24.
- Alarcão, M. (2000). *(Des)equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios Familiares: Uma Visão Sistémica* (3a ed.). Coimbra: Quarteto.
- Almeida, I. (2014). *Configuração familiar, percepção de funcionamento familiar e autoconceito adolescente*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, no Ramo de Especialização em Psicoterapia e Psicologia Clínica, apresentada à Escola Superior e Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga.
- Alves, J., Dutra, A., & Maia, A. (2013). História de adversidade, saúde e psicopatologia em reclusos: comparação entre homens e mulheres. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18, 3, 701-709.
- Arriola, K., Avery, A., Booker, C., Frew, J., Jordan, A., Loewenthal, H., Porter, N., Spaulding, A., & Williams, C. (2015). Understanding the relationship between social support and physical and mental well-being among jail detainees living with HIV. *Journal of Health Psychology*, 20, 3-12. <https://doi.org/10.1177/1359105313496447>
- Assis, S., Constantino, P., & Pinto, L. (2016). O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21, 2089- 2099. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.01222016>
- Ausloos, G. (1996). *A competência das famílias: Tempo, caos e processo*. Lisboa: Climepsi Editores.

- Azambuja, M. (2006). Violência Sexual Intrafamiliar: é possível proteger a criança? *Revista Virtual Textos e Contextos*, 5, 1-19.
- Baiocco, R., Cacioppo, M., Laghi, F., & Tafà, M. (2013). Factorial and construct validity of FACES IV among Italian adolescents. *Journal of Child and Family Studies*, 22(7), 962-970. <https://doi.org/10.1007/s10826-012-9658-1>
- Bakker, A. B., & Demerouti, E. (2013). The spillover-crossover model. In J. G. Grzywacz & E. Demerouti (Eds.), *New frontiers in work and family research*, 54–70. New York: Psychology Press.
- Bales, W. D., Cochran, J. C., & Mears, D. P. (2014). Who gets visited in prison? individual- and community-level disparities in inmate visitation experiences. *Crime & Delinquency*, 1-24. <https://doi.org/10.1177/0011128714542503>
- Barata, P. F. M. (2019). *Fatores preditores da Adaptação ao contexto prisional em população reclusa*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade Lusfada. Lisboa.
- Bass, B. L., Butler, A. B., Grzywacz, J. G., & Linney, K. D. (2009). Do job demands undermine parenting? A daily analysis of spillover and crossover effects. *Family Relations*, 58, 201–215. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2008.00547>
- Becvar, D. S. & Becvar, R. J. (2009). *Family therapy: as systematic integration* (7th ed). New York: Allyn & Bacon/Pearson.
- Belsey, M. A. (2005). *AIDS and the family: policy options for a crisis in family capital*. New York: United Nations.
- Berge, J. M., Wall, M., Larson, N., Loth, K. A., & Neumark-Sztainer, D. (2013). Family functioning: Associations with weight status, eating behaviors, and physical activity in adolescents. *Journal Adolescent Health*, 52(3), 351-357. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2012.07.006>
- Bolger, N., DeLongis, A., Kessler, R. C., & Wethington, E. (1989). The contagion of stress across multiple roles. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 175. <https://doi.org/10.2307/352378>
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa: Climepsi

- Botha, F. & Booysen, F. (2013). The gold of one's ring is not far more precious than the gold of one's heart: Reported life satisfaction among married and cohabitating South African adults. *Journal of Happiness Studies*, 14(2), 433—456.
- Bray, J. H. (1995). Family assessment: Current issues in evaluating families. *Family Relations: An Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 44(4), 469-477. <https://doi.org/10.2307/585001>
- Brock, R. L., & Lawrence, E. (2008). A longitudinal investigation of stress spillover in marriage: Does spousal support adequacy buffer the effects?. *Journal of Family Psychology*, 22, 11–20. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.22.1.11>
- Cabral, Y. T., & Medeiros, B. A. (2014). A família do preso: efeitos da punição sobre a unidade familiar. *Revista transgressões Ciências Criminais em debate*, 2 (1), 50-71.
- Cappa, K. A., Begle, A. M., Conger, J. C., Dumas, J. E., & Conger, A. J. (2011). Bidirectional relationships between parenting stress and child coping competence: Findings from the pace study. *Journal of child and family studies*, 20, 334 – 342. <https://doi.org/10.1007/s10826-010-9397-0>
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar. In B. Carter, & M. McGoldrick (Eds.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (2 ed., pp. 729). Artmed.
- Cerveira, M. C. (2015). *Funcionamento das Famílias*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica apresentada à Escola Superior e Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga.
- Chui, W., & Liu, L. (2013). Social support and chinese female offenders prison adjustment. *The Prison Journal*, 20, 10, 1-22. <https://doi.org/10.1177/0032885513512084>
- Clone, S., & DeHart, D. (2014). Social support networks of incarcerated women: types of support, sources of support, and implications for reentry. *Journal of Offender*. Coimbra: Almedina.

- Conde, R., & Teixeira, S. (2018). Delinquência juvenil em Portugal: estudo qualitativo das histórias de vida de jovens reclusos. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 7, 1, 47-59. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v7il.1844>
- Costa, M. I. M. (2020). *Saúde Mental e Suporte social de reclusos*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade Lusíada. Lisboa.
- Cotton, L., Fahmy, C., Jimmons, C., McKay, R., Stoffer, S., Syed, S., & Wallace, D. (2016). Examining the role of familial support during prison and after release on post-incarceration mental health. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 60, 1, 3-20. <https://doi.org/10.1177/0306624X14548023>
- Cutrín, O., Gómez-Fraguela, J., & Sobral, J. (2017). Effects of parenting practices on no violent and violent antisocial behaviours in middleand-late-adolescence. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.ejpal.2017.02.001>
- Dessen, M. A. (2010). Estudando a família em desenvolvimento: Desafios conceituais e teóricos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30, 202-219. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500010>
- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspetiva sistémica – o processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 139-156. <https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2011.140>
- Dias, R. (2012). *Avaliação das Forças Familiares Numa Amostra de Famílias do Sul de Angola*. Tese de dissertação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Coimbra.
- Dunning, M. J., & Giallo, R. (2012). Fatigue, parenting stress, self-efficacy and satisfaction in mothers of infants and young children. *Journal of Reproductive & Infant Psychology*, 30, 145-159. <https://doi.org/10.1080/02646838.2012.693910>
- Durcan, G., & Zwemstra, J. (2014). Mental health in prison. In S.Enggist, G. Galea, L. Moller, & C. Odense (Edits), *Prisons and Health* (pp. 87-95). Copenhaga: World Health Organization.

- Echevarria-Doan, S. (2016). Family strenghts. Em J. Carlson, S. B. Dermer. *The SAGE Encyclopedia of Marriage, Family, and Couples Counseling* (pp.1-2008).
- Everri, M., Mancini, T., & Fruggeri, L., (2016). The Role of Rigidity in Adaptative and Maladaptative Families Assessed by FACES IV: The Points of View of Adolescents. *Journal of Child and Family Studies*, 25, 2987-2997. <https://doi.org/10.1007/s10826-016-0460-3>
- Faustino, E.R., & Pires, S. R. A. (2009). A ressocialização como finalidade da prisão: algumas considerações sobre o seu significados. *Sociedade em debates*, 15 (2), 91- 109.
- Feldman, R., Martorell, G., & Papalia, D. (2013). *Desenvolvimento Humano* (12 ed.). Porto Alegre: AMGH.
- Foucault, M. (1975). *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. (10º edição). (L. Vassalo, Trad.) Petrópolis: Editora Vozes Ltda
- Francisco R., Loios, S., & Pedro, M. (2016). Family functioning and adolescent psychological maladjustment: The mediating role of coping strategies. *Child Psychiatry & Human Development*, 47, pp. 759-770. <https://doi.org/10.1007/s10578-015-0609-0>
- Freitas, L. L. (2008). *A família como principal meio reabilitador do preso na pena privative de Liberdade*. Grau de Bacharelato. Centro Universitário Eurípedes de Marília.
- Garcia, S. A. F. (2003). *A família do paciente psiquiátrico e a criminalidade*. In: Rigonatti, S. P. (Coord.). *Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica*. São Paulo: Vetor.
- Gómez, E., & Kotliarenco, M. (2010). Resiliencia familiar: un enfoque de investigación e intervención con familias multiproblemáticas. *Revista de Psicologia*, 19, 2, 103 131.
- Harandi, T., Taghinasab, M., Nayeri, T. (2017). The correlation of social support with mental health: A meta-analysis. *Electronic Psysician*, 9, 9, 5212-5222. <https://doi.org/10.19082/5212>

- Harland, P., Reijneveld, S. A., Brugman, E., Verloove-Vanhorick, S. P. & Verhulst, F. C. (2002). Family factors and life events as risk factors for behavioural and emotional problems in children. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 11: 176-184.
- Hill, R. (1958). Generic features of families under stress. *Social Casework*, 49, 139-150.
- Kessler, R. C., McLaughlin, K. A., Green, J. G., Gruber, M.J., Sampson, N. A., Zaslavsky, A. M., Aguilar-Gaxiola, S., Alhamzawi, A. O., Alonso, J., Angermeyer, M., Benjet, C., Bromet, E., Chatterji, S., Girolama, G., Demyttenaere, K., Fayyad, J., Florescu, S., Gal, G., Gureje, O., Haro, J. M., Hu, C., Karam, H. G., Kawakami, N., Lee, S., Lepine, J.P., Ormel, J., Villa, J.P., Sagar, R., Tsang, R., Üstün, T. B., Vassilav, S., Viana, M. C. & Williams, D.R. (2010). Childhood adversities and adult psychopathology in the WHO World Mental Health Surveys. *The British Journal of Psychiatry*, 197(5):378-385.
- Konvalina-Simas, T. (2012). *Profiling Criminal*. Introdução à Análise Comportamental no Contexto Investigativo. Lisboa: Rei dos Livros.
- Koutra, K., Triliva, S., Roumeliotaki, T., Lionis, C., & Vgontzas, A. N. (2012). Cross-cultural adaptation and validation of the Greek version of the family adaptability and cohesion evaluation scales IV package (FACESIV package). *Journal of Family Issues*, 34(2), 1647-1672. <https://doi.org/10.1177%2F0192513X124628>
- Lamb, A. E., Biesecker, B. B., Umstead, K. L., Muratori, M., Biesecker, L. G., & Erby, L. H. (2016). Family functioning mediates adaptation in caregivers of individuals with Rett syndrome. *Patient Education and Counseling*, 99(11), 1873-1879. <https://doi.org/10.1016/j.pec.2016.06.018>
- Laplante, B., Santillán, M. M. & Street, M. C. (2009). Household surveys as a source of data for event history analysis: the study of family-related life events in Argentina using the encuesta permanente de hogares. *International Sociology*, 24(3): 430-456.
- Lee, E. J. Jackson, B. Parker, V. DuBose, L. e Botchway, P. (2009). Influence of family resources and coping behaviors on well-being of african american and caucasian parents of school-age children with asthma. *ABNF Journal*, 20 (1): 5- 11. <https://doi.org/10.1177/1367493510387952>

- Lopes, M. F. (2008). *Luto Parental, Qualidade de Vida, Stress e Coping Face a Crise*. Tese de Mestrado não Publicada. Universidade de Coimbra.
- Ma, J. L. C., Wong, T. K. Y., Lau, L. K., & Shuk Han, P. (2009). Perceived family functioning and family resources of Hong Kong families: Implications for social work practice. *Journal of Family Social Work*, 12, 244-263. <https://doi.org/10.1080/10522150903030147>
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir* (1ªed.). Psiquilíbrio Edições.
- Masarik, A. S., & Conger, R. D. (2017). Stress and child development: A review of the Family Stress Model. *Current Opinion in Psychology*, 13, 85–90. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2016.05.008>
- McCubbin, H. & Patterson, J. (1983). The family stress process: The double ABCX model of adjustment and adaptation. In I. McCubbin, M. Sussaman & J. Patterson, *Social stress and the family* (pp. 7-37). New York: The Haworth Press.
- McCubbin, H. I., Patterson, J. M., Bauman, E. I., e Harris, L. (1981). *Systematic assessment of family stress and coping*. St. Paul: University of Minnesota
- Minuchin, S. (1982). *Família, Funcionamento e Tratamento*. Artes Médicas
- Minuchin, S. (1990). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Artes Médicas.
- Minuchin, S., Lee, W. Y., & Simon, G. M. (2008). *Dominando a terapia familiar* (2a ed). Artmed.
- Monteiro, M., & Santos, M. R. (2002). *Psicologia (1ª Parte)*. Porto: Porto Editora.
- Montero, I., & León, O. G. (2007). A guide for naming research studies in psychology. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 7(3), 847-862.
- O'Hanrahan, K., Daly White, M., Carr, A., Cahill, P., Keenleyside, M., Fitzhenry, M., Harte, E., Hayes, J., Noonan, H., O'Shea, H., McCullagh, A., McGuinness, S., Rodgers, C., Whelan, N., Sheppard, N. and Browne, S. (2017). Validation of 28 and 15 items versions of the SCORE: Family assessment questionnaire with

- adult mental health service users. *Journal of Family Therapy*, 39(1), 4-20.
<https://doi.org/10.1111/1467-6427.12107>
- Olson, D. (2000). Circumplex model of marital and family systems. *Journal of Family Therapy*, 22, 144-167.
- Olson, D. (2011). Faces IV and the Circumplex Model: Validation study. *Journal of Marital and Family Therapy*, 37, 64-80. <https://doi.org/10.1111/j.1752-0606.2009.00175.x>
- Olson, D., & Gorall, D. (2003). Circumplex model of marital and family systems. In F. Walsh (Ed.), *Normal family processes* (3rd ed.). New York: Guilford.
- Olson, D., Gorall, D., & Tiesel, J. (2006). *FACES IV: Development and validation*. Minneapolis: Life Innovations, Inc.
- Palmer, E., Welsh, P., & Tiffin, P., (2016). Perceptions of family functioning in adolescents who self-harm. *Journal of Family Therap*, 38, 257–273.
<https://doi.org/10.1111/1467-6427.12069>
- Paolini, D., & Schepisi, L. (2020). The Italian version of SCORE-15: Validation and potential use. *Family Process*, 59(4), 1789- 1800.
<https://doi.org/10.1111/famp.12495>
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. (2008). *Análise de dados para ciências sociais - A complementaridade do SPSS* (5ª ed.). Lisboa: Sílabo.
- Pierce, M. B. (2015). Male inmate perceptions of the visitation experience: suggestions on how prisons can promote inmate–family relationships. *The Prison Journal*, 95, 3, b 370–396. <https://doi.org/10.1177/0032885515587471>
- Prioste, A., Tavares, P., & Magalhães, E. (2019).Tipologias de funcionamento familiar: Do desenvolvimento identitário à perturbação emocional na adolescência e adultez emergente. *Análise Psicológica*, 2(37), 173-192.
<https://doi.org/10.14417/ap.1534>
- Randall, A. K., & Bodenmann, G. (2009). The role of stress on close relationships and marital satisfaction. *Clinical Psychology Review*, 29, 105–115.
<https://doi.org/10.1016/j.cpr.2008.10.004>

- Relva, I. (2015). Violência na família e violência entre os filhos. In O. M. Fernandes, & C. Maia (Eds.), *A família portuguesa no século XXI* (pp. 245-252). Edições Parsifal.
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família, perspectiva sistémica*. Porto: Afrontamento.
- Rodrigues, A. M. (2001). *Novo olhar sobre a questão penitenciária*. São Paulo: RT.
- Rodríguez, L. J. S., Pedrosa, M. G. G., Marín, M. T. A., Campos, C. R., Nunez, A. M. I & Hoyo, P. S. (2009). Estructura familiar, acontecimientos vitales estresantes y psicopatología en la adolescencia. *Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq.*, XXIX(104): 501-521.
- Santos, R. G. (2012). *As práticas educativas parentais: Perceções de pais e filhos*. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade da Madeira.
- Saraceno, C. & Naldini, M. (2003). *Sociologia da família*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Story, L. B., & Bradbury, T. N. (2004). Understanding marriage and stress: Essential questions and challenges. *Clinical Psychology Review*, 23, 1139–1162. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2003.10.002>
- Stratton, P., Bland, J., Janes, E., & Lask, J. (2010). Developing an indicator of family function and a practicable outcome measure for systemic family and couple therapy: the SCORE. *Journal of Family Therapy*, 32(3), 232-258. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6427.2010.00507>
- Stratton, P., Lask, J., Bland, J., Nowotry, E., Evans, C., Singh, R., Janes, E., & Peppiant, A. (2014). Detecting therapeutic improvement early in therapy: Validation of the SCORE-15 index of family functioning and change. *Journal of Family Therapy*, 36, 3-19. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.12022>
- Taggart, L., Taylor, D. & Mccrum-gardner, E. (2010). Individual, life events, family and socio-economic factors associated with young people with intellectual disability and with and without behavioural/ emotional problems. *Journal of Intellectual Disabilities*, 14(4): 267-288.

- Teodoro, M. L. M. (2012). Alguns instrumentos para avaliação familiar no Brasil. In M. N. Baptista, & M. L. M. Teodoro (Orgs.). *Psicologia da família: Teoria, avaliação e intervenções* (pp 168-175). Edições Artes Médicas.
- Tolou-Shams, M., Brogan, L., Esposito-Smythers, C., Healy, M. G., Lowery, A., Craker, L., & Brown, L. K. (2018). The role of family functioning in parenting practices of courtinvolved youth. *Journal of Adolescence*, 63, 165-174. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2017.12.016>
- Vilaça, M., Silva, J. T., & Relvas, A. P. (2014). Systemic clinical outcome routine evaluation (SCORE-15). In A. P. Relvas & S. Major (coord.), *Instrumentos de avaliação familiar – Funcionamento e intervenção* (pp. 23-41). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Vilaça, M., Sousa, B., Stratton, P., & Relvas, A. P. (2015). The 15-item Systemic Clinical Outcome and Routine Evaluation (SCORE15) scale: Portuguese validation studies. *The Spanish Journal of Psychology*, 18(87), 1-10. <https://doi.org/10.1017/sjp.2015.95>
- Vliem, S. J. (2009). *Adolescent coping and family functioning in the family of a child with autism*. Michigan: The University of Michigan.
- Walker, R. & Shepherd, C. (2008) . *Strengthening aboriginal family functioning: what works and why?* Australia: Clearing House.
- Walsh, F. (2016). *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade*. (4ª ed.). Edições Artes Médicas.
- Wauters, E. (2003). *A reinserção social pelo trabalho*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Monografia de Especialização em Modalidades de Tratamento Penal e Gestão Prisional.